

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC**

**Referência: CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2022
Processo Administrativo nº 260005/005167/2021**

R3 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (“Recorrente”), inscrita no CNPJ sob o nº 05.562.330/0001-94, com sede na Avenida Ewerton Xavier, 2.371, sala 217, Maravista, Niterói, Rio de Janeiro, CEP 24.340-100, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea ‘a’, da Lei nº 8.666/93 e no item 17.1 do Edital, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** objetivando a reforma da decisão proferida sobre a sua inabilitação no certame em referência, pelas razões que passa a aduzir.

1. BREVE RESUMO DOS FATOS

A Recorrente participa do procedimento licitatório – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2022, cujo objeto é *“a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, OBRA DE REFORMA NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE E.T.E. JUSCELINO KUBITSCHKE. Situado Rua: JORNALISTA ANTÔNIO DE FREITAS, 75 – JARDIM AMÉRICA – RIO DE JANEIRO - RJ”*.

Para sua habilitação no certame, especificamente em relação à matéria ‘Qualificação Técnica’, a Recorrente apresentou toda documentação necessária exigida pelo edital, especialmente Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Certidões de Acervo Técnico -

CAT, válidas, averbadas e expedidas pelo CREA/RJ, comprovando inquestionavelmente a sua capacidade para consecução do objeto licitado.

Ocorre que, para total surpresa, a ilustre Comissão Permanente de Licitação declarou a inabilitação da Recorrente, por não atendimento ao subitem 9.3 do Edital, sob a justificativa de que ***“(...) apresentou o valor de capital social divergente do apresentado pelo CREA, o que invalida caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos, conforme registrado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica”***.

Entretanto, com o devido respeito, não há dúvida que a Recorrente atendeu plenamente à exigência contida no subitem 9.3 do Edital, conforme será demonstrado adiante.

2. REFORMA DA DECISÃO

Como visto, a Comissão Permanente de Licitação decretou a inabilitação da Recorrente, indevidamente, pelo simples fato que o valor do capital social apresentado na Certidão válida expedida pelo CREA/RJ estava dissonante daquele constante do contrato social, última alteração.

Primeiramente, cumpre destacar que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica objetiva comprovação de regularidade da Recorrente junto ao CREA/RJ, bem como apresentar a relação de seu respectivo quadro técnico. Ou seja, o referido documento não foi apresentado para fins de qualificação econômico-financeira, a qual também foi totalmente atendida pela Recorrente, diga-se de passagem, e deve ser considerado válido para fins de atendimento da exigência técnica estabelecida no subitem 9.3 do Edital.

Neste mesmo sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul já esposou o mesmo entendimento:

20. Conforme constou da referida Ata de Julgamento, o licitante em questão apresentou capital social registrado na Junta Comercial com o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e apresentou Certidão referente ao item 6.2.1, "a", do Edital, que trata do registro da empresa no CREA/CAU, com o capital social no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), na qual há a previsão de que, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos, a certidão perderá a validade, motivo pelo qual a Comissão Permanente de Licitações entendeu ser inválida a Certidão do CREA, não atendendo aos requisitos do Edital.

21. Ato contínuo, o licitante também foi inabilitado por ter apresentado Atestado de Capacidade Técnica sem registro no CREA, em desacordo com o item 6.2.1, "d", do Certame, que se refere à Capacidade Técnica Operacional (Doc. n.º 153938/2019, fls. 38-50).

22. Infere-se que o licitante Eliton Luiz Lopes Barros – ME apresentou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA-MT, com o capital social no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), registrado na Junta Comercial em 8/9/2016, tendo prazo de validade até 31/03/2019 (fl. 3 - Doc. n.º 153938/2019). **Entretanto, a alteração do capital social informado na Certidão não tem o condão de inabilitar o licitante perante o Conselho Profissional a que pertence.**

23. Além disso, nota-se que a referida Certidão foi apresentada pelo licitante para fins de comprovação do seu registro de pessoa jurídica no respectivo Conselho Profissional, e não para fins econômico-financeiros, atendendo, assim, ao requisito previsto no Item 6.2.1, "a", do Edital, que exige para a comprovação da Capacidade Técnica a "Certidão de Registro da empresa no CREA/CRAU". (Decisão n.º 977/2019 – Processo n.º 210315/2019)

Salienta-se que a Recorrente atende perfeitamente às exigências editalícias, e com sobras, inabilitá-la porque a informação relativa ao capital social se encontrava desatualizada na referida Certidão expedida pelo CREA/RJ constitui rigorismo excessivo dessa Comissão Permanente de Licitação.

É inegável que a Certidão do CREA/RJ apresentada pela Recorrente, juntamente com os documentos de habilitação, trazia o valor do capital social desatualizado, porém, **tal informação já se encontra totalmente ajustada desde o dia 19/04/2022**, ou seja, antes da sessão de julgamento que se deu em 29/04/2022, conforme se verifica do documento em anexo.

O excesso de formalismo aqui salta aos olhos, sendo certo que tal posicionamento é totalmente combatido, atualmente, pela doutrina majoritária. Atualmente, prevalece o entendimento de formalismo moderado, o qual pressupõe que, se a empresa consegue alcançar o objetivo, no sentido de demonstrar que é capaz de atender a demanda, não há motivos para ser excluída da licitação, desde que não haja prejuízo ou riscos à Administração Pública.

Nas lições do ilustre doutrinador Adilson Abreu Dallari¹:

Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade.

Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes.

Apresenta-se, situação análoga apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça:

Administrativo. Licitação. Edital. Exigência de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Defeito menor na certidão, insuscetível de comprometer a certeza de que a empresa está registrada no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, não pode impedir-lhe a participação na concorrência. Recurso ordinário improvido. (STJ, RMS nº 6.198, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 13.12.1995.)

E não é só. Em consulta formulada ao Portal Zênite, o mais completo, seguro e especializado acervo do país em licitações e contratos, geralmente utilizado pela maioria das assessorias vinculadas aos órgãos/entidades públicos, sobre a inabilitação de licitante que apresentou Certidão CREA desatualizada, a resposta apresentada foi a seguinte:

PERGUNTAS E RESPOSTAS – 1240/310/DEZ/2019

PERGUNTA 3 – HABILITAÇÃO

Certidão desatualizada apresentada para comprovação de registro junto ao CREA da pessoa jurídica (art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/1993) conduz, necessariamente, à inabilitação?

¹ Adilson Abreu Dallari, Aspectos Jurídicos da Licitação, 4ª Ed. São Paulo, Saraiva 1997. p.116 -117.

É muito comum que normas infralegais, expedidas pelos conselhos profissionais, estabeleçam que a certidão de inscrição no respectivo conselho perderá sua validade se algum dado cadastral contido nesse documento sofrer modificação. Então, em muitos processos licitatórios, os licitantes impugnam certidão apresentada por concorrente sob o argumento de perda de validade do documento em razão da alteração posterior de dados cadastrais. Se adotada uma diretriz mais conservadora, essa situação demandaria a inabilitação do licitante, já que é possível presumir o dever deste último em manter suas informações atualizadas junto ao registro de sua entidade profissional. Contudo, dependendo das peculiaridades do caso concreto, para a Consultoria Zênite, é possível defender a mitigação desse rigor formal. Explica-se.

A finalidade da exigência de habilitação prevista no inc. I do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 consiste em se certificar de que a licitante se encontra devidamente inscrita e registrada na entidade competente para promover a fiscalização da atividade profissional envolvida na execução do futuro contrato.

Nesse contexto, ainda que a certidão apresentada por um dos licitantes não retrate sua situação atualizada, o que a tornaria inválida conforme normativos do respectivo conselho de fiscalização profissional, talvez, no caso concreto, seja possível extrair, da documentação geral apresentada para fins de qualificação técnica, a existência de efetiva inscrição nessa entidade.

Trata-se, pois, de aplicar ao caso o princípio do formalismo moderado, aceitando o preenchimento de um dos requisitos de habilitação por via distinta daquela prevista no edital. Sobre o tema, vejamos manifestação do Tribunal de Contas da União:

5. De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal, considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame.

6. Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (TCU, Acórdão nº 7.334/2009, Primeira Câmara, Rel. Min. Augusto Nardes, j. em 08.12.2009.)

(...)

Nesse caso, ainda que o documento apresente uma irregularidade formal – desatualização de um dado cadastral –, parece que isso não afeta a efetiva condição do licitante de registrado perante a entidade profissional. É dizer: o vício não parece ferir o conteúdo principal do ato (para os fins do atendimento da exigência de habilitação), o que torna viável sua aceitação (mediante análise conjunta à documentação apresentada) para o fim de demonstrar a regular inscrição do particular junto à entidade profissional competente.

Inclusive, diante de fundada dúvida a respeito, o adequado seria realizar diligência junto à entidade profissional competente (art. 43, § 3º, da Lei nº

8.666/1993) no intuito, apenas, de se certificar de que a pessoa jurídica está devidamente inscrita nessa entidade, estando pendente apenas a atualização de suas informações cadastrais (mas sem que isso comprometa o regular exercício da atividade profissional).

Convém ainda mencionar que nada disso teria ocorrido se essa d. Comissão Permanente de Licitação tivesse realizado diligência, durante a análise dos documentos de habilitação, para fins de verificação da divergência apontada, pois certamente já iria constatar que a questão havia sido sanada.

É pacífico o entendimento de que falhas sanáveis, meramente formais, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame, nos termos do art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

O mesmo entendimento se extrai do Acórdão Plenário TCU-Plenário, *in verbis*:

“atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei” (TCU - Acórdão n.º 2.521/2003-Plenário).

Neste sentido, apresenta-se também os ensinamentos do autor Marçal Justen Filho²:

[...] não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória [...]

² Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª. ed., São Paulo, Dialética, 2005, p. 424.

É oportuno mencionar que a Recorrente buscou agendamento no CREA/RJ para promover a respectiva atualização antes mesmo da entrega dos documentos de habilitação, todavia, em decorrência da dinâmica adotada por esse conselho profissional nesses tempos de pandemia (Covid-19), apenas foi possível realizar na data de 05/04/2022:



Abra-se aqui um parêntese. A orientação do CREA/RJ - no sentido de manter as informações atualizadas – tem também por finalidade verificar se eventual aumento de capital irá alterar a faixa adotada para fins de pagamento de anuidade pelas empresas, vez que a base de cálculo leva em consideração o respectivo valor do capital social, consoante ilustração abaixo extraída do próprio site do CREA/RJ (site: <https://novoportal.crea-rj.org.br/valores/>):

Anuidades de Pessoa Jurídica em 2022

Os valores variam de acordo com a faixa em que se enquadram, considerando capital social das empresas:

FAIXA	CAPITAL SOCIAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Até 50.000,00	545,84
2	De 50.000,01 a 200.000,00	1.091,68
3	De 200.000,01 a 500.000,00	1.637,53
4	De 500.000,01 a 1.000.000,00	2.183,34
5	De 1.000.000,001 a 2.000.000,00	2.729,20
6	De 2.000.000,01 a 10.000.000,00	3.275,02
7	Acima de 10.000.000,00	4.366,68

No presente caso, nota-se da certidão CREA/RJ expedida em 19/04/2022 que o capital social da Recorrente passou de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), não havendo, portanto, qualquer alteração de faixa relativa ao pagamento de anuidade, já que a faixa 6 inicia em R\$ 2.000.000,01 e vai até R\$ 10.000.000,00.

Portanto, pode-se afirmar que a alteração do capital social promovida pela Recorrente não causou qualquer inconformidade que pudesse resultar em sua situação irregular perante o CREA/RJ, não invalidando, assim, a Certidão que foi apresentada. Importa também destacar que o aumento de capital social da Recorrente só reforça a sua plena capacidade de executar o objeto licitado.

Nessa mesma linha de raciocínio, apresenta-se trecho extraído do voto condutor do Acórdão Plenário TCU:

REPRESENTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CERTAME CONDUZIDO PELA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS – VLTS. INSUBSISTÊNCIA DAS FALHAS APONTADAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (...) “4. ANÁLISE DO PEDIDO (...) 4.2 Consoante apontado pela Representante, comparando-se o teor da certidão do Crea/CE para a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 05/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que, efetivamente, há divergências nos dados referentes ao capital social e objeto. 4.3 Em relação ao capital social, a certidão do Crea/CE registra o valor de R\$ 4.644.000,00, enquanto no Contrato Social da Bom Tempo o valor desse mesmo item subiu para R\$ 9.000.000,00, em razão da alteração verificada posteriormente. (...) 4.6 Ocorre que, não obstante a observação contida na certidão do Crea/CE apresentada pela Bom Sinal, quanto à perda de sua validade caso ocorresse qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, tal documento deixa patente o registro da licitante na entidade profissional competente, conforme exigência prevista no edital e na Lei n. 8.666/1993. 4.7 Assim, apesar do procedimento licitatório ser caracterizado como ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), ... PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO (...) 10. Entretanto, embora tais modificações – que, aliás, evidenciam incremento positivo na situação da empresa – não tenham sido objeto de nova certidão, seria rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. no Crea/CE, entidade profissional competente, nos termos

exigidos no subitem 6.4.1 do edital (fl. 209) e no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993. (TCU - Acórdão n.º 352/2010-Plenário)

Merece também destacar que a licitação do tipo menor preço, como o próprio nome esclarece, busca a oferta mais vantajosa à Administração Pública, de modo a poupar o erário de gastos desnecessários.

Por este motivo, os administradores públicos devem sempre adotar uma postura imparcial, velando pela participação do maior número de proponentes possível.

Ainda:

“O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”. (ST). MS nº 5631/DF. DJU 17 ago. 1998. p. 00007).

Portanto, a habilitação da Recorrente é medida justa e razoável que se faz necessária, entender de outro modo significa contrariar o interesse público, não buscando a proposta mais vantajosa, tornando o certame menos competitivo, e configura rigorismo excessivo da Comissão Permanente de Licitação.

Em resumo:

- *A teoria do formalismo moderado deverá prevalecer e não o rigorismo excessivo, na análise dos documentos de habilitação;*
- *Situação análoga já foi apreciada pelos tribunais superiores e pelo maior portal de pesquisas sobre licitações e contratos do país, sendo unânime o entendimento que o fato, apresentado pela decisão da Comissão Permanente de Licitação, não é motivo justo para inabilitação da Recorrente;*

- Não há dúvidas que Recorrente atendeu a todas as exigências editalícias;
- A atualização das informações perante o CREA/RJ ocorreu antes da sessão de julgamento, bastava a i. Comissão realizar diligência para sanar a questão;
- A Recorrente teve dificuldade de realizar a atualização das informações no CREA/RJ em decorrência da situação de pandemia;
- Mera falha formal não poderá resultar na inabilitação da Recorrente, tornando o certame menos competitivo e não atingindo à sua principal finalidade.

3. CONCLUSÃO

De todo o exposto, requer a Recorrente:

- a) reconsideração da decisão, dando provimento ao Recurso e habilitando a Recorrente; ou
- b) o encaminhamento do presente recurso à autoridade superior para provimento do recurso e, por conseguinte, habilitação da Recorrente.

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2022.



R3 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Paulo Cesar Reis Rosa
CREA/RJ 791046053

05.562.330/0001-94

R3 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
LTDA

Av. Ewerton Xavier, 2371 sala 21

Maravista - Itaipu - CEP 24340-105

Niterói - RJ

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Cesar Reis Rosa.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5A67-77DE-3030-7272.



Paola Barros <paolabarros@r3engenhariaeconstrucoes.com>

Protocolo gerado com sucesso - Crea-RJ

atendimento@crea-rj.org.br <atendimento@crea-rj.org.br>
Para: paolabarros@r3engenhariaeconstrucoes.com

5 de abril de 2022 09:20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

Prezado (a) R3 ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA,

Foi gerado o protocolo referente ao serviço:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Número: 202270018726

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Cesar Reis Rosa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5A67-77DE-3030-7272.



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

45119/2022

VÁLIDA ATÉ: 10/05/2022

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2003200662
Razão Social: R3 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 05.562.330/0001-94
Data Registro: 28/07/2003
Endereço: AVENIDA EWERTON XAVIER 2371 SALA 217 MARAVISTA - NITERÓI
- RJ, CEP: 24340-100

RAMOS ATIVIDADE :

105-0 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL
201-0 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA
302-0 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA MECÂNICA
2030-0 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA / OS
ENG. ELÉTRICA
3070-0 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA QUÍMICA / OS ENG.
QUÍMICA

CAPITAL SOCIAL:

R\$ 3.500.000,00 (MATRIZ)

OBJETO SOCIAL:

EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA, CONSULTORIA TÉCNICA, COORDENAÇÃO, CONTRATAÇÃO E GERENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA, CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS INSCRITOS NO CREA E CAU, PARA CLIENTES E FIRMA DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; GERENCIAMENTO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS HABITACIONAL POPULAR E OBRAS CORRELATAS; ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE ESTRUTURA METÁLICA; ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO; ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE REDE E ESTÁCIÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO; CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL; PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E APLICAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS EM OUTRAS EMPRESAS, BEM COMO VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

DANIELLE MONIZ CARDOSO ROSA

Carteira Nº RJ-1995121484/D

RNP: 2012061842

TÍTULO: ENGENHEIRA DE COMPUTAÇÃO

Expedida em: 10/09/1997 pelo Crea-RJ

Registro: 1995121484 expedido em 02/10/1995



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 2/3
Data: 19/04/2022

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

45119/2022

VÁLIDA ATÉ: 10/05/2022

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 45119/2022)

Atribuições: RES 380/93, DO CONFEA
RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 17/04/2006

Inclusão como RT: 17/04/2006

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA

JEFFERSON DIAS DA SILVA

RNP: 2016571683

Registro: 2017114011 expedido em 21/06/2017

TÍTULO: ENGENHEIRO MECANICO

Atribuições: RES 218/73 - ART 12(AT.01 A 18)

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO
TRABALHO

Atribuições: ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359/91

Inclusão como QT: 14/09/2019

Inclusão como RT: 14/09/2019

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA MECANICA

PAULO CESAR REIS ROSA

Carteira Nº RJ-RJ-791046053/D/D

Expedida em: 04/04/1986 pelo Crea-RJ

RNP: 2002827087

Registro: 1979104605 expedido em 27/12/1979

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 18/02/2004

Inclusão como RT: 18/02/2004

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL

RAPHAEL REIS ROSA

RNP: 2019674378

Registro: 2020108611 expedido em 15/10/2020

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO
TRABALHO

Atribuições: "ATRIBUIÇÕES DA LEI FEDERAL 7.410/85, DO DECRETO FEDERAL
92.530/86 E DO ARTIGO 4º. DA RESOLUÇÃO 359/91 DO CONFEA."

Inclusão como QT: 20/10/2020

Inclusão como RT: 20/10/2020

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL

ROBSON RODRIGUES MORORO

RNP: 2009085779

Registro: 2010150826 expedido em 29/11/2010

TÍTULO: ENGENHEIRO QUIMICO

Atribuições: RES 218/73 - ART 17(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 07/04/2022

Inclusão como RT: 07/04/2022

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA QUIMICA / OS ENG QUIMICA

VANESSA PIO TORRES DE SA

RNP: 2015333738

Registro: 2016109388 expedido em 13/04/2016

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 23/10/2019

Inclusão como RT: 23/10/2019

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL

Inclusão como QT: 09/12/2019

Inclusão como RT: 09/12/2019

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL

YURI ASSUNCAO DUTRA

RNP: 2020113317

Registro: 2021104924 expedido em 06/05/2021

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuições: RES 218/73 - ART 09(AT.01 A 18)
RES 218/73 - ART 08(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 27/05/2021

Inclusão como RT: 27/05/2021

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA

Inclusão como QT: 27/05/2021

Inclusão como RT: 27/05/2021

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRONICA / OS ENG ELETRONICA



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 3/3
Data: 19/04/2022

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

45119/2022

VÁLIDA ATÉ: 10/05/2022

(Continuação da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica Nº 45119/2022)

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 45119/2022

Emitida às: 19/04/2022 20:53 (hora de Brasília)

Código de controle do comprovante: 0.3335954154762796

A capacidade técnico profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro.

Fica reservado ao Crea-RJ o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

Válida em todo território nacional.

Este documento foi assinado digitalmente por Paulo Cesar Reis Rosa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5A67-77DE-3030-7272.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5A67-77DE-3030-7272> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5A67-77DE-3030-7272



Hash do Documento

A478A4E6EC327775743B15C0F596A697AA5F1A198FA2140101ED7AE91C54C313

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/05/2022 é(são) :

☒ Paulo Cesar Reis Rosa - 414.740.077-91 em 05/05/2022 13:24
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

